

LEI ORÇAMENTÁRIA N.º 1.403 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU, aprova e eu sanciono a seguinte Lei

Título I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

- Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Cachoeiras de Macacu, para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:
- I o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
- II o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculados;

Título II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

- Art. 2º A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, é estimada em R\$ 29.350.400,00 (vinte e nove milhões, trezentos e cinqüenta mil e quatrocentos reais), desdobrada nos seguintes agregados:
- I Orçamento Fiscal, em R\$ 22.607.541,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- II Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 6.742.859,00 (seis milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinqüenta e nove reais).
- Art. 3º As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo I.
- Art. 4º A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo II.

2

Capítulo II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

- Art. 5º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 29.350.400,00 (vinte e nove milhões, trezentos e cinqüenta mil e quatrocentos reais), desdobrada nos termos, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos seguintes agregados:
- I Orçamento Fiscal, em R\$ 22.607.541,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- II Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 6.742.859,00 (seis milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinqüenta e nove reais).
- Art. 6º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício de 2002.

Capítulo III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos III e IV desta Lei.

Capítulo IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

- **Art. 8º** Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei n.º 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 50% por cento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:
- I anulação parcial ou total de dotações;
- II incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- III excesso de arrecadação em bases constantes.
- **Parágrafo Único** Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.
- Art. 9º O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:
- I atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

- II atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
- III atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios;
- IV atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;
- V incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2000, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEF, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei;

Título III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 10 A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.
- Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentáriofinanceiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Título IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único

- Art. 12 O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Art. 13 Os orçamentos específicos dos Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas, serão aprovados pelo Poder Executivo, através de Decretos.
- Art. 14 O Poder Executivo no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará por unidade orçamentária para cada órgão, que integram o orçamento de que trata esta Lei, os Quadros de Detalhamento da Despesa, especificando para cada categoria de programação, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos.
- Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiras de Macacu, 27 de dezembro de 2001

WALDECY FRAGA MACHADO - Prefeito -

fotccooia

の10000000 8

41.00

13

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

THO PARKET DE CARACEMANS DE MARACO

ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL COM DETALHAMENTO POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM DOS RECURSOS RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ANEXO II

100,00	29.350.400	18,72	5.492.400	81,28	23.858.000	TOTAL =>	
0,38	111.000	1	1	0,38	111.000	Outras Receitas de Capital	Outras R
1,29	378.000	1,28	375.000	0,01	3.000	Transferências de Capital	Transferê
0,34	100.000			0,34	100.000	Alienação de Bens	Alienação
						RECEITAS DE CAPITAL	RECEIT/
2,46	725.000	0,42	125.000	2,04	600.000	Outras Receitas Correntes	Outras R
76,61	22.486.000	5,22	1.532.000	71,39	20.954.000	Transferências Correntes	Transferê
4,23	1.240.400	4,23	1.240.400		1	Receita de Serviços	Receita d
0,02	7.000	1	1	0,02	7.000	Receita Agropecuária	Receita A
0,28	82,000	0,07	20.000	0,21	62.000	Receita Patrimonial	Receita P
7,50	2.200.000	7,50	2.200.000	ī	ı	Receita de Contribuições	Receita d
6,89	2.021.000	_1		6,89	2.021.000	Receita Tributária	Receita T
						RECEITAS CORRENTES	RECEITA
%	TOTAL	%	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	%	RECURSOS DO TESOURO	ESPECIFICAÇÃO	
V4 T,00							

len

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS RECURSOS DE TODAS AS FONTES ANEXO I

2.2 Receitas de Capital	
2.1 Receitas Correntes ,	
RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS PELAS AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES	02.
1.2 Receitas de Capital	
1.1 Receitas Correntes	
01. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	01.

29.350.400	II V	TOTAL GERAL
589.000	II V	TOTAL DE CAPITAL
28.761.400	II V	TOTAL DE CORRENTES

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

ANEXO III

DESPESA POR FUNÇÃO

29.113.694 236.706			
29.113.694			99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
	# V	SUBTOTAL	
130.000			28 - Encargos Especiais
361.000			27 - Desporto e Lazer
3.467.405			26 - Transporte
66,000			25 – Energia
42.245			24 - Comunicações
323.590	-		23 - Comércio e Serviços
109.000			22 - Indústria
993.390			20 - Agricultura
369.500			18 - Gestão Ambiental
460,000	,		17 - Saneamento
91.216			16 - Habitação
1.308.494			15 - Urbanismo
246.423			13 - Cultura
7.291.577			12 - Educação
66.900			11 - Trabalho
3.756.933			10 – Saúde
2.382.048			09 - Previdência Social
603.878			08 - Assistência Social
450.181			06 – Segurança Pública
5.321.524			04 - Administração
19.300			02 – Judiciária
1.253.090			01 - Legislativa
TOTAL			FUNÇÃO

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura municipal de cachoeiras de macacu

ANEXO IV

29.350,400	5,492,400	23.858.000	TOTAL =>
3.548.527	•	3,548,527	- Transferências da Administração Direta aos Fundos
			MENOS
8.550.927	5.002,400	3.548.527	SUBTOTAL DOS FUNDOS =>
1.100.400	1.100,400		3600 – Serviço Municipal de Transporte Urbano (S.M.T.U.)
3.695.933	1.532,000	2.163.933	3500 - Fundo Municipal de Saúde
46.000	1	46.000	3400 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
738.500	20,000	718.500	3300 - Fundação MACATUR
735.094	115.000	620.094	3200 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.235.000	2.235.000	1	FUNDOS MUNICIPAIS 3100 - Instituto de Aposentadoria e Pensões de Cachoeiras de Macacu (IAPCM)
23.094.910	490.000	22.604.910	subtotal da administração direta =>
236,706		236.706	99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
22.858.204	490.000	22.368.204	SUBTOTAL =>
120.000		120,000	1700 - Sub-Prefeltura Regional do 3º Distrito
259,000		259,000	1600 - Sub-Prefeitura Regional de Japuíba
331.000		331.000	1500 - Sub-Prefeitura Regional de Papucala
2.163,933	1	2.163,933	1400 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
762.994	1	762.994	1300 - Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Promoção Social
109.000		109.000	1200 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento
251.338		251.338	1100 - Secretaria Municipal de Planejamento
847.090		847.090	1000 - Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Urbanismo
1.044.390	430.000	614.390	0900 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca
7.809.000	60.000	7.749.000	0800 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
4.563.737		4.563.737	0700 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
1.324.326		1.324.326	0600 - Secretaria Municipal de Administração
1 120 797		1 120 797	0500 - Secretaria Municipal de Fazenda
191 528		191 528	0400 - Secretaria Municipal de Comunicação Social
189 000		189 000	0300 - Controle Interno
045.755		877 272	200 - Procuradoria Geral
207 278		843 700	0101 - Secretaria Geral de Governo
			PODER EXECUTIVO
1.253.090		1.253.090	SUBTOTAL =>
1.253.090		1.253,090	0001 - Câmara Municipal ,
0			PODER LEGISLATIVO
TOTAL	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	RECURSOS DO TESOURO	ÓRGÃO

lu